

# Acesso ao Ensino Superior pelas Pessoas com Deficiência: análise de projetos pedagógicos de cursos EAD

*Access to Higher Education for People with Disabilities: analysis of pedagogical projects for distance learning courses*

**Weslei Oki de Aguiar**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
[oki.san@hotmail.com](mailto:oki.san@hotmail.com)

**Lizandra Brasil Estabel**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
[lizandra.estabel@poa.ifrs.edu.br](mailto:lizandra.estabel@poa.ifrs.edu.br)

---

## Resumo

As atuais políticas de acessibilidade para Pessoas com Deficiência (PcD), disponibilizadas pelo Estado brasileiro, por meio de legislações e programas direcionados à área educacional, em especial ao ensino superior, têm representado uma evolução na atenção às PcD. Essas ações visam ampliar a participação das PcD na sociedade por meio da educação como instrumento para proporcionar desenvolvimento, trazendo autonomia em atividades sociais. Observa-se a proposta de Educação Aberta e a Distância (EAD) como possibilidade catalizadora do acesso à educação superior, assim, o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) apresenta-se como oportunidade às PcD. A promoção do acesso ao ensino superior, foi verificada quanto a aplicação das orientações legais e pedagógicas no estabelecimento de uma educação inclusiva, investigando os projetos pedagógicos dos cursos nacionais ofertados pela UAB quanto as suas adequações para auxílio das PcD. Pode-se verificar com isto o distanciamento entre as propostas legais e pedagógicas e o ofertado na UAB.

**Palavras-chave:** Universidade Aberta do Brasil. Acessibilidade. Educação Aberta e a Distância. Deficiência Sensorial.

---

## Abstract

The current policies of Accessibility for People with Disabilities (The current accessibility policies for People with Disabilities (PwD), made available by the Brazilian State, through legislation and programs aimed at the educational area, especially higher education, have represented an evolution in the attention to PwD. These actions aim to expand the participation of PwD in society through education as an instrument to provide development, bringing autonomy in social activities. The Open and Distance Education (EAD) proposal is observed as a catalyst for access to higher education, thus, the Open University System of Brazil (UAB) presents itself as an opportunity for PwD. The promotion of access to higher education was verified regarding the application of legal and pedagogical guidelines in the establishment of an inclusive education, investigating the pedagogical projects of the national courses offered by the UAB regarding their adequacy to help PwD. It is possible to verify with this the distance between the legal and pedagogical proposals and what is offered at UAB.

**Keywords:** Open University of Brazil. Accessibility. Distance Education. Sensory Disability.

## 1. Introdução

No Brasil, o corpo normativo atual estabelece diversos parâmetros que estruturam os temas referentes à acessibilidade, buscando promover às Pessoas com Deficiência (PcD) condições para o seu pleno desenvolvimento. O texto constitucional (BRASIL, 1988), em seu artigo 5º, contempla a igualdade a todos os brasileiros e aponta que o Estado deverá promover instrumentos para eliminação de barreiras que a impeçam. Importante destacar, na definição dos parâmetros de

acessibilidade, as convenções e os tratados de que o Brasil é signatário, em especial a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, de 2007, da Organização das Nações Unidas (ONU) (2017), que, no regramento brasileiro, foi convertida no Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, e, posteriormente, serviu de base para a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, intitulada de Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), resultando em mais segurança ao desenvolvimento do tema acessibilidade nas várias áreas da sociedade.

No contexto educacional, é possível verificar a ampliação da participação de alunos com deficiência, como apontado no Censo da Educação Superior 2017 (INEP, 2019), que demonstra uma evolução no número de matrículas de PcD nas instituições públicas de ensino superior, da ordem de 64%, no período de 2011 a 2017. Tornar o sistema público educacional cada vez mais inclusivo requer investimentos em políticas públicas de expansão dos mecanismos de acesso e desenvolvimento educacional.

Um programa de governo com proposta de democratizar o acesso ao ensino superior é a Universidade Aberta do Brasil (UAB), instituída por meio do Decreto nº 5.800, de 8 de julho de 2006, que tem como um de seus objetivos interiorizar a educação superior pública, assistindo regiões anteriormente desatendidas. A democratização nesse caso poderia se dar de maneira mais ampla com referência ao atendimento aos alunos com deficiências, por apresentar modelo de Educação Aberta e a Distância (EAD), o que poderia romper diversas das barreiras apresentadas à educação das PcD, promovendo a inclusão. No entanto, a proposta de acessibilidade da UAB se resume à configuração dos polos dos cursos, conforme observado na Portaria nº 218, de 24 de setembro de 2018, com critérios estabelecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Em termos de acessibilidade, a UAB traz observação expressa às barreiras arquitetônicas, porém, as deficiências apresentadas pelos alunos podem estar em categorias que ficam fora do espectro da mobilidade. É necessário estabelecer meios das pessoas com limitações sensoriais usufruírem da interação com os ambientes, além de fazer com que as informações cheguem a todos, para que possam construir conhecimentos. A Capes parece não instruir a elaboração dos materiais dos cursos nacionais da UAB para que se apresentem em formatos acessíveis, atendendo, assim, a todos os alunos, em especial, àqueles com limitações sensoriais. Nesse sentido, a pesquisa apresentada buscou possíveis ocorrências de desatendimento das normas de acessibilidade nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) dos cursos nacionais da UAB, sendo eles os do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), o Bacharelado em Biblioteconomia a Distância (BibEAD), o de Especialização em Ciências para professores das séries finais do ensino fundamental (Ciência é 10!), focando nos materiais produzidos e disponibilizados.

Diante do exposto, realizou-se estudo utilizando-se dos dados de órgãos governamentais, aqueles relacionados à educação e que se conectam à temática a ser desenvolvida, identificando o ordenamento legal registrado para os temas EAD e acessibilidade, confrontando o conjunto de dados e informações coletadas com as ações realizadas no âmbito da Capes em relação aos cursos nacionais desenvolvidos e buscando identificar distorções ou desatendimentos das disposições legais e das demandas apresentadas pela sociedade organizada.

Ao analisar as atividades da UAB, frente à legislação e às propostas pedagógicas ligadas ao tema acessibilidade sensorial, indagamos: quais ações dentro da Universidade Aberta do Brasil podem ser melhoradas ou desenvolvidas para que sejam atendidas as necessidades das pessoas com deficiência sensorial, visando dar amplo acesso à educação superior pública?

A promoção da acessibilidade tem campo de desenvolvimento amplo com a aplicação da EAD, pois as diversas tecnologias utilizadas podem ser aplicadas como facilitadoras na construção do conhecimento para as PcD. Caberia, então, às instituições um maior engajamento na observância das políticas de acessibilidade à educação, com o emprego das Tecnologias de Informação e de Comunicação (TIC), e atenção aos processos educacionais, assim buscando desenvolver de modo pleno a educação inclusiva.

## **2. Aprendizagem, Acessibilidade e Desenvolvimento**

O desenvolvimento educacional e o aprendizado não se dão de forma isolada, pois são afetados pelas relações sociais. O ser humano, por sua origem e natureza, não pode nem existir nem conhecer o desenvolvimento próprio de sua espécie como uma mônada isolada: ele tem, necessariamente, seu prolongamento nos outros; tomado em si, ele não é um ser completo (IVIC, 2010).

As relações sociais de troca e construção de conhecimento são propulsores do desenvolvimento educacional, por meio da promoção da aprendizagem conjunta. Tornar os processos isolados, dificultando o acesso a todos os membros da sociedade, acaba por

comprometer o processo de aprendizagem daqueles que foram apartados, posição historicamente destinada às PcD.

As discussões a respeito do acesso à educação e do desenvolvimento educacional, em especial daquelas pessoas que factualmente foram colocadas à margem do convívio social e, por isso, tiveram impossibilitado seu pleno desenvolvimento, encontram amparo nos estudos de Vygotsky, conforme observou Oliveira (1997, p. 61):

A concepção de Vygotsky sobre as relações entre desenvolvimento e aprendizado, e particularmente sobre a zona de desenvolvimento proximal, estabelece forte ligação entre o processo de desenvolvimento e a relação do indivíduo com seu ambiente sociocultural e com sua situação de organismo que não se desenvolve plenamente sem o suporte de outros indivíduos de sua espécie.

Vygotsky, Luria e Leontiev (2010) observaram dois níveis de desenvolvimento: o nível de desenvolvimento real (NDR), aquele que consolida todo o conhecimento acumulado, e o nível de desenvolvimento proximal (NDP), também chamado de zona de desenvolvimento proximal (ZDP), entendido como aquele que ocorre mediante interferências do meio social. O desenvolvimento proximal, ou potencial, somente ocorrerá, em especial para as pessoas com deficiência, pela integração ao corpo social e pela interação, que deverá prover igualdade no acesso à educação, superação de barreiras que são apresentadas no processo, auxílio na compreensão dos conceitos do grupo e acesso ao conhecimento estabelecido.

A interação dos demais membros da sociedade pode dar acesso ao nível do desenvolvimento proximal na educação pelas PcD, promovendo a autonomia, a independência e o empoderamento, aspectos que, conforme Sasaki (1997), podem ser designados como:

- a) Autonomia – estado de controle e arbítrio no ambiente físico e social, acautelando a privacidade e dignidade da pessoa agente;
- b) Independência – trata da capacidade decisória individual, que se realiza sem depender de outras pessoas;
- c) Empoderamento – se dá por meio de decisões que se utilizem de seu poder pertinente à condição pessoal, assumir o controle de sua vida.

Segundo Sasaki (1997, p. 45):

Cabe, portanto, à sociedade eliminar todas as barreiras arquitetônicas, programáticas, metodológicas, instrumentais, comunicacionais e atitudinais para que as pessoas com deficiência possam ter acesso aos serviços, lugares, informações e bens necessários ao seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional.

A acessibilidade permeia diversos aspectos da vida em sociedade, porém, conforme registrado no 1º Seminário Luso-brasileiro de Educação Inclusiva: o ensino e a aprendizagem em discussão (2017, p. 934):

No Brasil, a palavra acessibilidade costuma ser associada apenas a questões físicas e arquitetônicas, mas este vocábulo expressa um conjunto de dimensões diversas, complementares e indispensáveis para que haja um processo de efetiva inclusão. É o direito de ir e vir de cada cidadão somado ao fato de tornar acessível todo e qualquer conteúdo, lugar e/ou produto.

Observa-se o quanto estamos presos a uma visão arquitetônica da acessibilidade, e, mesmo com a ampliação de discussão e aplicações do Desenho Universal, tratando de desenvolver produtos, serviços e informação em formatos mais amplos possíveis e buscando eliminar as barreiras ao acesso pleno, há, ainda, prevalência do pensamento arquitetônico nas propostas inclusivas, garantindo basicamente a formatação de espaços acessíveis.

As barreiras no processo de aprendizagem, segundo Mendes (2017), “podem estar em todas as atividades relacionadas ao ensino. Na escolha do material didático, na definição das estratégias pedagógicas, na eventual falta de conexão entre os conteúdos curriculares e o cotidiano dos estudantes, na construção dos instrumentos de avaliação, etc.”

Percebendo a necessidade de ferramentas que auxiliem nos processos inclusivos de aprendizagem, foram realizados estudos que viabilizaram novas formas de conceber acesso à informação, com uma visão mais integral das possibilidades de desenvolvimento das pessoas, em especial daquelas que encontrassem dificuldades para adquirir instruções no modelo padrão de produção, de compartilhamento de informações para a construção do conhecimento. Chegou-se ao conceito de Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), cuja concepção é atribuída a David Rose, Anne Mayer e colaboradores do *Center for Applied Special Technology* (CAST), que, no entendimento de Nunes e Madureira (2015, p. 132), é uma abordagem curricular que procura

reduzir os fatores de natureza pedagógica que poderão dificultar o processo de ensino e de aprendizagem, assegurando, assim, o acesso, a participação e o sucesso dos alunos.

Visando facilitar a compreensão e aplicação do DUA, o CAST (2011) desenvolveu o seguinte programa (Quadro 1). A aplicação desses princípios visa desenvolver ou ampliar as competências dos alunos, não sendo exclusiva aos alunos com deficiência, para fornecer suporte a todos que busquem superar barreiras de aprendizagem, desenvolvendo materiais e atitudes que proporcionem o acesso aos conteúdos a serem desenvolvidos e propondo ações que promovam a autonomia.

Mendes (2017) faz correlação entre os achados dos estudos realizados para o DUA e os pré-requisitos para a aprendizagem observados por Vygotsky, sendo eles: o reconhecimento da informação a ser aprendida, a aplicação de estratégias para processar essa informação e o engajamento com a tarefa de aprendizagem.

A facilitação dos processos de aprendizagem, tornando a educação acessível e promovendo os meios necessários para atendimento das pessoas que encontrem alguma dificuldade educacional, esteve presente em discussões e convenções promovidas por setores da sociedade na busca pela promoção de igualdade no atendimento às pessoas PcD.

Quadro 1 – Adaptação do *Universal Design for Learning guidelines*

Princípios orientadores do Desenho Universal da Aprendizagem			
I. Proporcionar Modos Múltiplos de Apresentação	1: Proporcionar opções para percepção	1.1. Oferecer meios de personalização na apresentação da informação	Alunos atentos e conhecedores
		1.2. Oferecer alternativas à informação auditiva	
		1.3. Oferecer alternativas à informação visual	
	2: Oferecer opções para o uso da linguagem, expressões matemáticas e símbolos	2.1. Esclarecer a terminologia e símbolos	
		2.2. Esclarecer a sintaxe e a estrutura	
		2.3. Apoiar a decodificação do texto, notações matemáticas e símbolos	
		2.4. Promover a compreensão em diversas línguas	
		2.5. Ilustrar com exemplos usando diferentes mídias	
	3: Oferecer opções para a compreensão	3.1. Ativar ou providenciar conhecimentos de base	
		3.2. Evidenciar repetições, pontos essenciais, ideias principais e conexões	
3.3. Orientar o processamento da informação, a visualização e a manipulação			
3.4. Maximizar o transferir e o generalizar			
II. Proporcionar Modos Múltiplos de Ação e Expressão	4: Proporcionar opções para a atividade física	4.1. Diversificar os métodos de resposta e o percurso	Alunos habilitados e orientados
		4.2. Otimizar o acesso a instrumentos e tecnologias de apoio	
	5: Oferecer opções para a expressão e a comunicação	5.1. Usar meios multimídia para a comunicação	
		5.2. Usar instrumentos múltiplos para a construção e composição	
		5.3. Construir meios facilitados de expressão com graduações para apoio à prática e ao desempenho	
	6: Oferecer opções para as funções de execução	6.1. Orientar o estabelecimento de metas adequadas	
		6.2. Apoiar o planejamento e estratégias de desenvolvimento	
		6.3. Interceder na gerência da informação e dos recursos	
		6.4. Potencializar a capacidade de monitorar o progresso	
	III. Proporcionar Modos Múltiplos de Autodesenvolvimento ( <i>Engagement</i> )	7: Proporcionar opções para incentivar o interesse	
7.2. Otimizar a relevância, o valor e a autenticidade			
7.3. Minimizar a insegurança e a ansiedade			
8: Oferecer opções para o suporte ao esforço e à persistência		8.1. Elevar a relevância das metas e objetivos	
		8.2. Variar as exigências e os recursos para otimizar os desafios	
		8.3. Promover a colaboração e o sentido de comunidade	
		8.4. Reforçar o saber adquirido	
9: Oferecer opções para a autorregulação		9.1. Promover expectativas e mudanças que otimizem a motivação	
		9.2. Facilitar a capacidade individual de superar dificuldades	
		9.3. Desenvolver a autoavaliação e a reflexão	

Fonte: Adaptado de CAST (2011).

Essas diversas convenções e discussões culminaram na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promovida pela ONU em 2007, recepcionada no Brasil, servindo de base para o Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), que normatizou os direitos e o

atendimento às PcD, trazendo embasamento legal à aplicação de meios para tornar a educação e a aprendizagem mais acessíveis, democráticas e inclusivas.

### 3. A Educação Aberta e a Distância no Brasil e o Surgimento da UAB

A EAD tem se desenvolvido de maneira não linear no Brasil, em especial na segunda metade do século XX, com eventos de avanço e grandes investimentos, seguidos de momentos de estagnação ou quase esquecimento. É possível verificar tais movimentos pelos vários projetos desenvolvidos, que se apresentaram em momentos, lugares, instituições e mesmo com objetos focais diferentes, como os seguintes:

**1961 – Movimento de Educação de Base (MEB)** – um organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), constituído como sociedade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, fundado em 21 de março de 1961, com a missão de promoção humana e superação da desigualdade social por meio de programas de educação popular, com a capacitação de agentes de educação de base, utilizando a rede de dioceses e paróquias e aproveitando a estrutura montada em torno das regionais da CNBB.(MEB, 2019).

**1967 – Projeto Satélite Avançado de Comunicações Interdisciplinares (SACI)** – um programa de teleeducação via satélite, para alunos das séries iniciais e treinamento para professores. O projeto introduziu nas escolas, em especial naquelas rurais, o que à época eram equipamentos modernos e mantinha televisores funcionando em lugares remotos por meio de baterias de automóveis (ANDRADE, 1996; RBPG, 2011).

**1970 – Projeto Minerva** – criado em setembro de 1970, também decorrente do decreto presidencial de 1967, através do qual a Rádio Ministério da Educação (MEC) irradiou, em cadeia, cursos supletivos de primeiro e segundo grau e outros programas. O Projeto Minerva foi encerrado em 1991 (FGV, 2020).

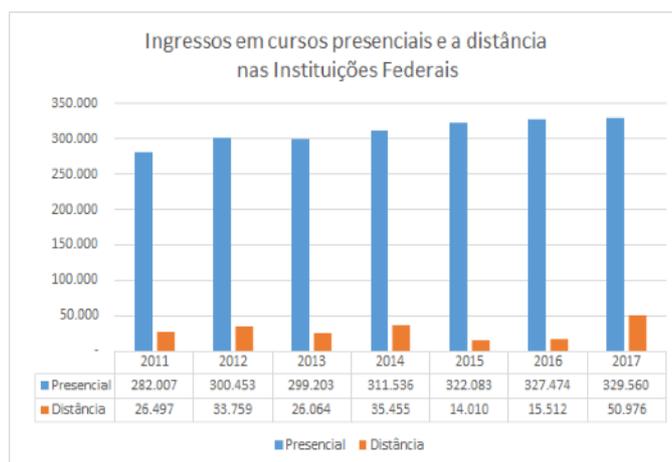
**1997 – PROFORMAÇÃO** – A Secretaria de Educação a Distância (SEED), do MEC, o Fundo de Fortalecimento da Educação (Fundescola), os estados e os municípios propuseram o desenvolvimento desse programa, voltado para a habilitação de professores sem a titulação mínima legalmente exigida, como estratégia para melhorar o desempenho do sistema de educação fundamental em todas as regiões do país, por meio da educação a distância (PROFORMAÇÃO, 2020).

Verifica-se que a evolução da EAD no Brasil não ocorreu de maneira totalmente articulada, o que fez com que o país demorasse a desenvolver e aproveitar todo o seu potencial. Tal situação de atraso vem sendo superada, especialmente com o advento de tecnologias que se disseminaram rapidamente, como o caso da internet, conforme observaram Batista e Souza (2015, p. 11). Em se tratando de EAD, pode-se dizer que há uma crescente transformação social, cultural, econômica e política trazida pelo benefício de uma modalidade que faz uso das ferramentas oferecidas por essa evolução tecnológica e que vai ao encontro das necessidades das pessoas na sua formação e qualificação.

O desenvolvimento da EAD teve seu ponto de afirmação iniciado com propostas legais estabelecidas pelo governo federal, sendo que, como observado por Giolo (2018, p. 74), “na década de noventa do século passado, foram lançadas as bases para que esse processo adquirisse corpo material e chegasse aonde chegou”. O autor aponta, ainda, como bases as iniciativas legais, como: a Lei nº 9.394/1996, a LDBEN, o Decreto nº 2.494/1998 e o Decreto nº 2.561/1998, observando, também, as ações institucionais, como a criação da Subsecretaria de Programas de Educação a Distância, pela Medida Provisória nº 962 em 1995, e da Secretaria de Educação a Distância (SEED) do Ministério da Educação, pelo Decreto nº 1.917 em 1996.

Mesmo que o governo brasileiro tenha observado a EAD em previsão legal em anos anteriores, foi somente a partir dos anos 2000 que essa modalidade ganhou maior relevância, sendo seu impulso influenciado por fatores geográficos, econômicos, sociais e, especialmente, pelo melhoramento das tecnologias disponíveis. Batista e Souza (2015, p. 13) apontam que a grande evolução da EAD ocorreu na aliança com as Tecnologias de Informação e de Comunicação (TIC), o que permitia trocas instantâneas de informação, independentes de questões geográficas, tornando o processo de aprendizagem mais conveniente e eficaz e trazendo melhorias no processo de aprendizado quanto ao seu planejamento (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Ingressos em cursos presenciais e em EAD nas instituições federais



Fonte: INEP (2019).

Na busca por ampliar a oferta de educação superior pública, atendendo aos anseios sociais e baseando-se nos preceitos legais da LDBEN, que, em seu art. 80, dispõe sobre o incentivo do poder público ao desenvolvimento e à veiculação de programas de ensino a distância em todos os níveis, foi instituída pelo governo federal, no ano de 2006, por meio do Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006, a UAB, um sistema voltado ao fomento da modalidade de educação a distância nas Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), por meio de financiamento direto, visando realizar a articulação e a parceria entre os governos e as IPES, com a instalação de polos de apoio presencial nos municípios que se candidatam a receber os cursos.

O sistema traz entre seus objetivos a interiorização e a expansão da educação superior no Brasil, auxiliando e democratizando o acesso ao desenvolvimento educacional em locais distantes e isolados e buscando fazer com que municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) tenham a oportunidade de se desenvolver por meio do oferecimento de educação superior pública de qualidade. O Sistema de Gestão da Universidade Aberta do Brasil (SisUAB) atualmente é gerido pela Capes, que, por meio da sua Diretoria de Educação a Distância, coordena 896 polos aptos a desenvolverem atividades de ensino (SISUAB, 2019).

No ano de 2009, iniciou-se na UAB uma nova etapa, em que ela não apenas financiaria e articulava as ações das IPES e dos governos, mas elaboraria e ofereceria às IPES cursos de graduação, especialização e extensão, com projetos pedagógicos e materiais didáticos próprios, a serem aplicados de forma igual em todo o território nacional. Esse é um modelo de programa que busca uma formação baseada em cursos nacionais, desenvolvidos dentro dos moldes estabelecidos pela própria UAB, em parceria com instituições conveniadas e ofertados às instituições integrantes do sistema.

O programa inicial dessa nova etapa foi o Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), que se apresenta em cursos de bacharelado em Administração Pública e especializações em Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde. O programa procurou criar um perfil nacional de administradores públicos que poderiam auxiliar todas as esferas de governo no desenvolvimento das suas atividades. Foi, então, constituída a Comissão de especialistas para o desenvolvimento do projeto pedagógico dos cursos e estabeleceu-se, também, parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para elaboração e distribuição dos materiais didáticos a serem utilizados nos cursos desenvolvidos para o PNAP.

As vagas destinadas aos cursos do PNAP foram distribuídas em três editais, Edital nº 01/2009 (CAPES, 2009), Edital nº 19/2012 (CAPES, 2012b) e Edital nº 75/2014 (CAPES, 2014). Passados dez anos do início de sua aplicação, o programa apresenta 33.477 (trinta e três mil, quatrocentos e setenta e sete) formados em seus cursos de bacharelado e especializações, conforme o SisUAB (2018), sendo que aguarda novos ingressantes por meio das vagas dispostas no Edital nº 5/2018 (CAPES, 2018c).

Devido à aceitação e ao bom desenvolvimento do novo modelo de cursos nacionais, a Diretoria de Educação a Distância da Capes se dispôs a oferecer outros cursos com projetos pedagógicos de cursos nacionais. Então, foram preparados mais três cursos para disponibilização pela UAB: Curso de Bacharelado em Biblioteconomia em EAD (BibEAD); Curso de Prevenção ao uso indevido de drogas (PREVINA); Curso de Especialização em Ciência para professores das séries finais do Ensino Fundamental (Ciência é 10!).

A promoção dos diversos cursos no sistema UAB vem auxiliar na recuperação de uma defasagem apresentada pelo Brasil quanto à distribuição de educação superior pelo extenso território, somada aos problemas socioeconômicos que o país possui, levando oportunidade de

desenvolvimento educacional e, por conseguinte, social às populações distantes dos grandes centros.

#### 4. Metodologia

O sistema UAB, desenvolve atividades de fomento à educação superior na modalidade a distância junto com as instituições públicas de ensino superior, sejam elas estaduais, federais ou mesmo municipais. Entre os cursos presentes na UAB, existe uma classe de cursos fomentados pela Capes, que são os chamados cursos nacionais, e desenvolvidos pela Capes em parceria com instituições conveniadas e consultores. A realização dos cursos nacionais se dá por meio do repasse às instituições de todos os PPCs, nos quais são disponibilizados espaços para que as entidades possam incluir temas afetos às realidades e necessidades regionais ou de importância para as instituições. Como parte do fomento aos cursos nacionais, a Capes disponibiliza todo o material pedagógico a ser utilizado nas disciplinas dos cursos. As instituições que se dispõem a ofertar esses cursos se comprometem a utilizar os materiais desenvolvidos pela Capes e não realizar alterações em seus conteúdos ou nos PPCs, mantendo, assim, as características dos cursos nacionais.

Estabeleceu-se como ponto fulcral da pesquisa o que foi determinado no Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), com especial delineamento voltado ao preconizado no Capítulo IV – Do Direito à Educação, artigo 28, nos incisos II, III, IV, V, IX, XI, XII, XIII, XV, somado ao estabelecido no artigo 68. Cabe, ainda, destacar, como ponto de pesquisa, o disposto na Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2007), em seu artigo 24, notadamente ao atendimento das pessoas cegas, surdocegas e surdas. Esses normativos serviram de base para a análise do desenvolvimento de processos de acessibilidade que foram estabelecidos como parâmetro, realizando o cruzamento entre o que está previsto em leis e processos pedagógicos e aquilo que dispõe os PPCs dos cursos nacionais acerca do atendimento às PcD. Analisamos os conteúdos dos PPCs dos seguintes cursos nacionais desenvolvidos pela Capes: Cursos do PNAP – Bacharelado em Administração Pública, Especializações lato sensu em Gestão Pública Municipal, Gestão Pública e Gestão em Saúde; BibEAD – Bacharelado em Biblioteconomia e Especialização em Ciência para professores das séries finais do Ensino Fundamental (Ciência é 10!).

Estabelecidas as bases de análise, foi iniciado o procedimento de levantamento de dados, buscando orientações e procedimentos para a confecção e a disponibilização dos materiais a serem utilizados no desenvolvimento dos cursos e das formas de prover atendimento às PcD. O levantamento foi realizado na Diretoria de Educação a Distância, responsável pelas instruções formais de produção com as instituições desenvolvedoras. Foi analisada a parte documental de formalização dos cursos, os seus PPCs e os processos de desenvolvimento desses cursos e dos materiais.

Os cursos referentes ao PNAP atualmente são os únicos cursos nacionais que já foram aplicados dentro do sistema UAB, contando com mais de 33.477 egressos, segundo o SisUAB (2018), e tendo passado por processo de atualização no ano de 2014. Esses cursos atualmente passam por novo processo de reformulação, com a retirada de algumas disciplinas e a substituição destas por outras que melhor atendam às demandas da sociedade. Na busca por trabalhar somente com dados e informações já sedimentadas, optou-se por analisar os PPCs dos cursos em vigor, referentes à última atualização, no ano de 2014, entre os quais foi selecionado o Projeto Pedagógico de Curso desenvolvido para o Bacharelado (CAPES, 2012a), pois os demais foram desenvolvidos como derivações desse, mantendo as características gerais.

As bases para produção dos materiais a serem utilizados nos cursos do PNAP foram todas orientadas para material impresso, em formato PDF, e não foram verificadas incursões mais aprofundadas para desenvolvimento de materiais acessíveis. Os materiais são enviados às instituições para distribuição impressa e disponibilização em seus sites conforme identifiquem ser melhor para sua distribuição. Há espaços nos PPCs, denominados Seminários Temáticos, nos quais as instituições podem desenvolver temas afetos à regionalidade ou de maior interesse para o desenvolvimento dos objetivos dos cursos. Verifica-se, na Introdução dos PPCs, citação ao atendimento das disposições da LDBEN, lei que, em seu Capítulo V, especificamente no artigo 59, inciso I, apresenta o tratamento a ser dispensado à educação especial. Nota-se que, mesmo diante de comprometimento com o atendimento da Lei, há o desatendimento desse preceito, que se liga integralmente aos processos de acessibilidade sensorial, por exigir aplicação de técnicas, métodos e estruturas curriculares atinentes ao atendimento das deficiências apresentadas. Na página 27 do PPC do Bacharelado, foi incluída referência à importância do apoio institucional e da mediação pedagógica para garantir as condições necessárias à concretização do ato educativo. Tal observação é relevante para que as instituições estejam atentas ao processo educacional e seus diversos atores, constituindo uma pluralidade para a qual devem estar preparadas.

Foi observada, na página 29, a conjuntura em que se deve apresentar a comunicação no processo, dispondo sobre a multidirecionalidade, por diferentes modalidades, utilizando-se de diversos meios de linguagem e fazendo observação específica sobre os materiais que precisam atender aos interesses e às necessidades dos estudantes. Cita-se, à página 34, a possibilidade de utilização de mais recursos para melhorar a comunicação: AVA, chat, biblioteca virtual, agenda, repositório de tarefas, questionários, telefones e videoaulas, porém, mesmo com essas possibilidades, não há qualquer orientação da Capes no sentido de tornar acessíveis os processos comunicacionais. A disciplina Língua Brasileira de Sinais (Libras), contemplando 60 horas, está disponível nos Conteúdos de Formação Complementar, classificada como disciplina optativa. Conforme ementa, serão dadas noções de Libras, porém ela não é um padrão de língua aplicado ao curso, restringindo-se uma disciplina do curso.

O BibEAD é disponibilizado dentro do sistema UAB para auxiliar no cumprimento da Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que estabelece parâmetros para a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino até 2020, com a presença e atuação do bibliotecário em todas as bibliotecas instaladas no Brasil. Foi iniciado o preparativo do projeto pedagógico no ano de 2010, porém, devido a diversas ocorrências que impossibilitaram sua conclusão, os trabalhos foram interrompidos, sendo retomados posteriormente e findados no ano de 2018, com o lançamento oficial do curso e a oferta do Bacharelado em Biblioteconomia, via Edital nº 5/2018 (CAPES, 2018c).

Na página 18 do PPC (CAPES, 2018a), encontra-se a observação de que a educação a distância deve ser vista como meio de inserção social e de propagação do conhecimento individual e coletivo, contribuindo para desenvolver uma sociedade mais justa e igualitária. Porém, até esse espaço no corpo do projeto pedagógico, não há qualquer citação que informe como esse objetivo será alcançado, ou mesmo oriente para tal. Como princípio norteador da estrutura curricular, o projeto dispõe, em sua página 23, que o curso de Biblioteconomia tem “o dever de socializar o saber produzido por meio da comunicação científica e cultural”, o que não se manifestou de maneira plural nas atividades e nos processos analisados no PPC. Ainda assim, mesmo que, na página seguinte, se coloque como desafio do bibliotecário o reconhecimento da diversidade, ela só foi tratada enquanto atendimento ao usuário, não estando aplicada à disposição do curso para as PcD. O curso de Biblioteconomia, conforme instruído na página 35, deverá apoiar-se em um sistema de comunicação, bem como em um AVA, capaz de auxiliar ao discente no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. O projeto apresenta como demais opções de comunicação: correio eletrônico; fórum de debate pela internet; videoconferência; telefone e outros dispositivos. A disciplina Libras é ofertada como optativa de 30 horas, tratando de história da educação de surdos, legislação correlata e aspectos linguísticos e não se aplicando de maneira integral ao Curso. Observa-se que a disciplina, essa obrigatória, Leitura e Ação Cultural, de 60 horas, contempla, em sua ementa, “O fazer biblioteconômico para a inclusão social do indivíduo”, porém está, novamente, voltada ao atendimento público, não ao atendimento dos alunos.

No CIÊNCIA É 10!, o público é formado por professores, já graduados, que estão atuando no sistema público de ensino e lecionando ciências nos anos finais do ensino fundamental. Sua finalidade é proporcionar formação continuada, sistematizada pelas dinâmicas e necessidades decorrentes do trabalho dos professores no espaço escolar e em sala de aula. O Curso baseia-se no ensino de ciências por meio investigativo, propondo hipóteses, experiências, observação e demais métodos científicos, e, para isso, busca oferecer instrumentos que possam auxiliar os professores no confronto de situação de seu cotidiano em ambiente escolar. O projeto (CAPES, 2018b) apresenta a disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) 1: Ciência é 10! – Começando a experimentar e a pensar no TCC, de 60 h, que trabalhará recursos didático-tecnológicos com diferentes linguagens. Tais recursos serão cedidos no formato original em que se encontram na fonte, permitindo a autonomia do aluno na utilização dos materiais. Tal colocação possibilita que se possa trabalhar várias linguagens para acessar o conteúdo, por isso pode-se refletir a respeito de acessibilidade nesse caso, sem desconsiderar que, para ser realmente acessível, a disciplina já deveria ser disponibilizada nos formatos que atendam as diferentes necessidades das pessoas com deficiência sensorial.

O curso, voltado especificamente para professores de ciências da rede pública de ensino, está disponibilizado totalmente em formato digital, o que pode facilitar adaptações, porém, não houve preocupação inicial em se desenvolver um curso acessível às PcD sensorial, isso é perceptível pela falta de tratamento do tema em todo o PPC.

## 5. Discussão e Resultados

Após a exposição dos elementos textuais dispostos nos PPCs analisados, estabeleceu-se um quadro no qual estarão dispostos os elementos com base de análise e resultados alinhada ao Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015) e à Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2007). Desses dispositivos, foram identificados 11 itens a serem verificados

nos PPCs analisados. Em relação aos dados coletados, foi realizado o cruzamento dos PPCs com a seguinte classificação: Atende (**A**), que se refere ao acolhimento integral do item; Não Atende (**N**), quando nada do disposto no item for atendido; e Parcial (**P**), quando houver atendimento parcial do disposto. Existe, ainda, a opção Sem Aplicação Prevista (**S**), pois há casos, como nos cursos nacionais da Capes, em que fica a critério da instituição ofertar (Quadro 2).

Quadro 2 – Cursos nacionais ofertados pela Capes com as instituições parceiras

<b>PARÂMETROS LEGAIS X CURSOS NACIONAIS</b>	<b>PNAP</b>	<b>BibEAD</b>	<b>C10!</b>
Garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena.	<b>P</b>	<b>P</b>	<b>N</b>
Projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para garantir o pleno acesso dos estudantes com deficiência ao currículo, em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia.	<b>N</b>	<b>N</b>	<b>N</b>
Oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua.	<b>N</b>	<b>N</b>	<b>N</b>
Adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem.	<b>N</b>	<b>N</b>	<b>N</b>
Medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, levando-se em conta o talento, a criatividade, as habilidades e os interesses do estudante com deficiência.	<b>P</b>	<b>P</b>	<b>N</b>
Formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio.	<b>N</b>	<b>N</b>	<b>N</b>
Oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação.	<b>P</b>	<b>P</b>	<b>N</b>
Acesso à educação superior em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas;	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>
Acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer no sistema escolar.	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>
Adoção de mecanismos de incentivo à produção, à edição, à difusão, à distribuição e à comercialização de livros em formatos acessíveis, inclusive em publicações da administração pública ou financiadas com recursos públicos, com vistas a garantir à pessoa com deficiência o direito de acesso à leitura, à informação e à comunicação.	<b>N</b>	<b>N</b>	<b>N</b>
Garantia de que a educação de pessoas, em particular crianças cegas, surdocegas e surdas, seja ministrada nas línguas e nos modos e meios de comunicação mais adequados ao indivíduo e em ambientes que favoreçam ao máximo seu desenvolvimento acadêmico e social.	<b>N</b>	<b>N</b>	<b>N</b>

Legenda: P – parcial; N – não atende; e S – sem aplicação prevista.

Fonte: Aguiar (2020).

Observando as colocações do Quadro 2, verificou-se que há uma ausência quase completa de atendimento aos preceitos de acessibilidade buscados, à exceção daqueles itens que estão atendidos parcialmente (P) e daqueles que serão dispostos pelas instituições ofertantes e, por isso, foram classificados como sem aplicação prevista (S).

A previsão de processos de acesso e permanência nas instituições, por meio da promoção de serviços e recursos, encontra-se com atendimento parcial em dois dos três cursos ofertados, sendo que, em um deles, há desatendimento total. Destaque-se que o processo de exclusão encontra seu primeiro ponto aqui, com a apresentação de barreiras para o ingresso nas instituições. Não foram encontrados nos PPCs direcionamentos ao estabelecimento e à institucionalização de ações voltadas à acessibilidade. Há que se destacar, ainda, a ausência de atenção ao desenvolvimento de ambientes que comportem o atendimento acessível. Nota-se, conforme quadro apresentado, a falta de uma atenção mais especializada no tratamento das PcD, visando a superação de barreiras,

seja por meio de participação de mediadores, desenvolvimento de ambientes e estruturas acessíveis, ou seja, na produção de conteúdos e materiais que possuam acessibilidade. Falta posicionamento quanto à obrigatoriedade de oferta de intérpretes, mesmo que as instituições possuam essa possibilidade, não há um dispositivo estabelecido nos PPCs, o que pode vir a causar desatendimentos às pessoas que necessitarem.

A falta de incentivo a qualquer publicação e distribuição, em formatos acessíveis, dos materiais dos cursos, como: livros, publicações, objetos de aprendizagem, entre outros, é fator dificultador que inviabiliza a participação nos cursos às PcD com limitações sensoriais, em especial as com deficiência visual.

## 6. Considerações Finais

O desenvolvimento da EAD tem sido potencializado pelo surgimento de novas tecnologias, com especial espaço no qual se destaca a expansão da internet, particularmente num país de dimensões geográficas imensas, como o caso brasileiro. Além disso, as ações governamentais para exploração dessas possibilidades apresentadas pela internet vêm trazer maiores possibilidades de oferecimento da educação, como pode ser verificado na implantação do sistema UAB, que auxiliou buscando distribuir oportunidades de formação superior a diversas localidades do território nacional, as quais, sem o intermédio da EAD, encontravam-se desatendidas por instituições superiores de educação. Entre as possibilidades de realização da EAD, há que se destacar a oportunidade de desenvolver meios de acesso à educação àquela parcela da população compreendida como PcD, pois, mesmo com a ampliação das possibilidades de acesso às instituições de ensino superior, ainda há um parcela dessas pessoas que encontra dificuldades de acesso e permanência, seja por questões físicas, sensoriais, geográficas ou mesmo socioeconômicas. Por isso, a EAD vem ao encontro do atendimento dessas necessidades, propiciando a superação das barreiras com a implementação de ferramentas para tal atendimento, através da mediação e das metodologias que visam à inclusão de todos, sem exceção. A ação dos mediadores promove a inclusão das PcD no ambiente educacional e virtual, buscando seu desenvolvimento pessoal para que alcancem a plena vivência de suas potencialidades, com autonomia e segurança.

A avaliação dos PPCs desenvolvidos pela Capes nos cursos nacionais para o sistema UAB demonstra o desatendimento aos preceitos determinados no Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), em especial àqueles referentes ao Capítulo IV – Do Direito à Educação. Essa situação é demonstrada em vários níveis dentro da apresentação dos PPCs, mais uma vez tornando os cursos superiores excludentes àquela parcela da sociedade com deficiências sensoriais. Sem a mediação de instituições e seus profissionais, mais uma oportunidade de acesso à educação das pessoas com deficiências sensoriais estará indisponível, tirando dessas pessoas a oportunidade de desenvolvimento como cidadãos completos. Há arcabouço legal para que as ações afirmativas que atendam às PcD sejam implantadas, faltando por parte da Capes estabelecer, nas condições para se participar do sistema UAB, que todas as instruções referentes à participação das PcD deverão ser atendidas e institucionalizadas por meio de reformulação dos PPCs, assim promovendo o acesso à educação superior por meio da EAD. Essa orientação é a grande contribuição desta pesquisa. Cabe, ainda, indicar às IPES que todos os participantes envolvidos com a UAB, como monitores, coordenadores, professores e demais envolvidos, sejam capacitados a atender às PcD, mediando a relação delas com a instituição, o aprendizado e a comunidade acadêmica, de modo a prover auxílio nesse processo de reconhecimento do ambiente com vistas a alcançar pleno desenvolvimento e autonomia.

## Referências

BATISTA, Carla Jeane Farias; SOUZA, Marisa Magalhães. A Educação a Distância no Brasil: regulamentação, cenários e perspectivas. **Revista Multitexto**, [s.l.], v. 3, n. 2, p. 11-15, 2015.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Rio de Janeiro: Roma Victor, 2002.

BRASIL. **Decreto nº 5.800**, de 8 de junho de 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm). Acesso em: 1 mar. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm). Acesso em: 17 ago. 2020.

CAPES. **Edital N° 01/2009/DED/CAPES**, 2009. Disponível em: [https://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/EDITAL\\_N1\\_PNAP\\_DED\\_CAPES\\_2009.pdf](https://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/EDITAL_N1_PNAP_DED_CAPES_2009.pdf). Acesso em: 20 jul. 2020.

CAPES. **Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Administração Pública na modalidade a distância**. Brasília: PNAP, 2012a. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/28-11-2017-PPC-BachareladoAdmPubPNAP.pdf>. Acesso em: 24 maio 2020.

CAPES. **Edital N° 19/2012/DED/CAPES**, 2012b. Disponível em: [https://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/Edital\\_019\\_PNAP-2012.pdf](https://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/Edital_019_PNAP-2012.pdf). Acesso em: 20 jul. 2020.

CAPES. **Edital n° 75/2014-UAB**, 2014. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/Edital-075-2014-UAB.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

CAPES. **Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Biblioteconomia na modalidade a distância**. Brasília: PNAP, 2018a. Disponível em: <http://capes.gov.br/educacao-a-distancia/bibead>. Acesso em: 24 maio 2020.

CAPES. **Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Ciência para professores das séries finais do Ensino Fundamental (Ciência é 10!)**. Brasília: PNAP, 2018b. Disponível em: <https://c10.capes.gov.br/materiais/materiais-de-apoio>. Acesso em: 5 fev. 2020.

CAPES. **Edital N° 5/2018-UAB**, 2018c. Disponível em: <https://capes.gov.br/editais-ded/8771-edital-5-2018-chamada-para-articulacao-de-cursos-superiores-na-modalidade-ead-no-ambito-do-programa-uab>. Acesso em: 23 jan. 2020.

CENTER FOR APPLIED SPECIAL TECHNOLOGY (CAST). **Universal Design for Learning guidelines version 2.0**. Wakefield, 2011. Disponível em: [http://udlguidelines.cast.org/?utm\\_medium=web&utm\\_campaign=none&utm\\_source=cast-about-udl](http://udlguidelines.cast.org/?utm_medium=web&utm_campaign=none&utm_source=cast-about-udl). Acesso em: 21 ago. 2020.

GIOLO, Jaime. Educação a Distância no Brasil: a expansão vertiginosa. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, [s.l.], v. 34, n. 1, p. 73-97, 30 abr. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21573/vol34n12018.82465>. Acesso em: 24 maio 2020.

IBGE. **Censo 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em: 25 maio 2020.

IVIC, Ivan. **Lev Semyonovich Vygotsky**. Recife: Ed. Massangana, 2010. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4685.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2019.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE (MEB). **Portal**. [2019]. Disponível em: <http://www.meb.org.br>. Acesso em: 01 abr. 2019.

INEP. **Sinopse Estatística da Educação Superior-2017**. Brasília: MEC/INEP, 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 19 maio 2020.

MELLO, Anahi Guedes de; NUERNBERG, Adriano Henrique. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p.635-655, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/issue/view/1948/showToc>. Acesso em: 27 maio 2020.

MENDES, Rodrigo Hübner. O que é Desenho universal para aprendizagem? **Plataforma Digital - Diversa Educação Inclusiva na Prática**, 01 dez. 2017. Disponível em: <https://www.diversa.org.br/artigos/o-que-e-desenho-universal-para-aprendizagem/>. Acesso em: 19 nov. 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria n° 3.284, de 7 de novembro de 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. **Diário Oficial da União**, n. 219, seção 1, p. 12, 11 nov. 2003.

NUNES, C., MADUREIRA, I. Desenho Universal para a Aprendizagem: Construindo práticas pedagógicas inclusivas. **Da Investigação às Práticas**, [s.l.], v. 5, n. 2, p. 126-143, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/inp/v5n2/v5n2a08.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2019.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Vygotsky Aprendizado e desenvolvimento: Um processo sócio-histórico**. 4. ed. São Paulo: Scipione, 1997.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, 2007. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos – Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2017.

PROFORMAÇÃO. **Portal Programa de Formação de Professores em Exercício, da Secretaria de Educação a Distância**. [2020]. Disponível em: <http://proformacao.proinfo.mec.gov.br/apresentacao.asp>. Acesso em: 04 abr. 2020.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: Wva, 1997.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

VYGOTSKY, Lev Semenovich; LURIA, Alexander Romanovich; LEONTIEV, Alex N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 11. ed. São Paulo: Ícone, 2010.